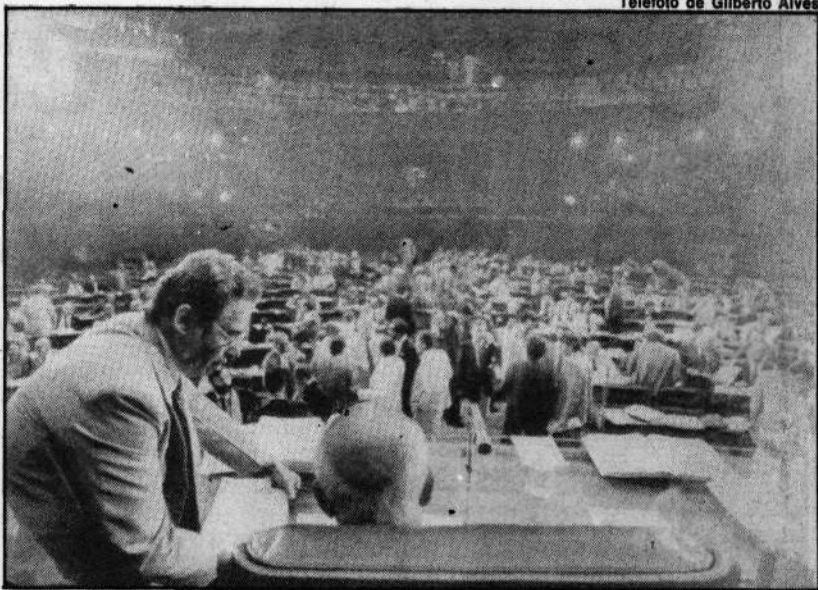


Acordo aprova Capítulo I e apressa a votação da Carta

BRASILIA — Com 372 votos contra, 56 favoráveis e duas abstenções, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem, ressalvados os destaques que começaram a ser votados à noite, o Capítulo I do Título II da nova Constituição (Dos Direitos Individuais e Coletivos). A votação aconteceu no fim da tarde e obedeceu ao acordo de lideranças, firmado no fim de semana, que modificou 22 pontos da proposta do Centrão e restringiu a cinco os dispositivos que dependerão da disputa de voto em plenário.

No encaminhamento da votação, que só começou às 17h30m, os líderes de todos os partidos destacaram o Título II como o mais polêmico e um dos mais importantes da nova Carta, pois estabelece os direitos individuais e coletivos, incluindo os direitos sociais e trabalhistas, temas que dividem os constituintes desde a instalação da Assembleia, há um ano. Nos seus pronunciamentos, os líderes detalharam o acordo e apenas o PT, PC do B e PSB anunciaram que votariam contra o substitutivo do Centrão.

Entre os pontos em que não houve acordo, o direito de propriedade foi o mais discutido pelas lideranças. Segundo o Líder do PTB, Gastone Righi, a função social da propriedade privada só deveria se aplicar à propriedade rural e urbana e ser incluída na Constituição quando ela tratasse desses temas específicos, e não no conceito geral, que se estenderia,



Fernando Henrique Cardoso conversa com Ulysses. Ao fundo, o plenário

segundo ele, a objetos móveis e de uso pessoal.

— Da forma que o PMDB defende, nosso carro, nossos quadros e até nossa roupa deveriam cumprir uma função social. É um conceito socializante, já que esses bens têm a função de servir a mim e aos meus — disse o Líder do PTB.

Alvaro Valle, Líder do PL, lembrou que o Estado foi criado para defender a propriedade, anunciou que seu partido votaria contra o Centrão no direito de acesso à infor-

mação e dedicou a maior parte do seu pronunciamento às questões dos direitos trabalhistas. Alvaro Valle afirmou que não acredita em luta de classes, mas em "escaramuças individuais", defendendo que a melhor forma de garantir a estabilidade de emprego e a redução de jornada de trabalho seria criar condições para o desenvolvimento da economia e o aumento de produtividade.

Roberto Freire, Líder do PCB, afirmou que o acordo de lideranças garantiu avanços significativos na

Constituição. Antes de anunciar que seu partido votaria a favor da proposta, ele classificou as negociações do fim de semana como "um entendimento parlamentar, praticado em todo o Mundo, e não barganha de posições", em resposta aos Líderes do PT e PC do B, Luiz Inácio Lula da Silva e Haroldo Lima, que afirmaram que o acordo não atingia os pontos fundamentais.

O Líder do PMDB, Senador Mário Covas, o último a usar o horário de encaminhamento das lideranças, atendeu ao apelo do plenário, que reclamava da demora para votação, e se restringiu a comunicar à sua bancada a orientação de votar de acordo com os entendimentos das lideranças. Covas apresentou também, como posição pessoal, a tese de que qualquer crime, mesmo a tortura, deve ser passível de anistia.

No início da votação, às 18h20m, os parlamentares que acompanharam a sessão desde o início, às 15h, estavam impacientes e cansados. O Senador Nelson Carneiro apresentou questão de ordem, solicitando a inversão da pauta para que as votações fossem realizadas antes dos horários destinados ao pequeno expediente — uma hora de "pinga-fogo" — e das comunicações de lideranças, que ocupam 45 minutos no início de cada sessão. O apelo foi aplaudido pelos constituintes e anorado pelo Presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, que prometeu discutir o assunto com as lideranças.

Grupos e partidos buscam consenso para estabilidade

BRASILIA — Um acordo sobre estabilidade e demais direitos dos trabalhadores será tentado hoje, a partir das 10 horas, numa reunião convocada pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar, na biblioteca da Câmara dos Deputados. Participarão representantes do Centrão, do "Grupo dos 32", do "Centrinho", da Liderança do PMDB e dos partidos de esquerda. A tarde, o Centrão terá encontro com representantes da CGT, Luis Antônio Medeiros (Sindicato dos Metalúrgicos) e Rogério Magri (Sindicato dos Eletricistas), em busca de consenso sobre a estabilidade.

Os líderes do Centrão adiantaram que não abrem mão da fixação do princípio da indenização no corpo da Constituição, embora admitam a sua regulamentação em lei complementar. Nas Disposições Transitórias, aceitam multa sobre o FGTS — o que implica na retroatividade —, mas ainda não definiram o percentual, que poderá ser de 20 a 50 por cento. A proposta original, que destina indenização correspondente a um salário por ano de serviço no corpo da Constituição, já está praticamente

derrotada.

O Líder do PMDB, Mário Covas, já admite a indenização nas Disposições Transitórias, podendo ser multa sobre o FGTS ou mesmo indenização proporcional ao tempo de serviço. Mas se opõe à indenização expressa no corpo da Constituição. No Capítulo dos Direitos Sociais, ele quer garantir apenas o princípio da estabilidade, deixando sua regulamentação para a legislação ordinária.

A intenção de Covas é aprovar o texto do Substitutivo I no corpo da Constituição, acompanhado de uma emenda que estabeleça a indenização nas Disposições Transitórias. Mas ele admite que, se for aprovada a proposta do Centrão no capítulo dos Direitos Sociais, essa fusão estará prejudicada.

Na reunião de hoje, os partidos de esquerda pretendem manter a defesa do projeto aprovado na Comissão de Sistematização, que proíbe demissões sem justa causa, mas poderão aceitar a proposta de fusão de Covas, desde que o Centrão sele o acordo. Essa evolução dos partidos de esquerda estaria respaldada na decisão tomada numa reunião entre sindic-

listas da CUT e da CGT, realizada domingo, em Canoas (RS), com a participação do Deputado Paulo Paim (PT-RS).

O mais provável é que o Centrão aceite um acordo parcial com o "Grupo dos 32" e o "Centrinho", ratificado pelos representantes da CGT. Através desse acordo, o princípio da indenização seria fixado no corpo da Constituição, com a sua regulamentação estabelecida em lei complementar. Nas Disposições Transitórias, até a regulamentação da lei complementar, ficaria estipulada a multa de 40 ou 50% do FGTS depositado pelo empregador.

O Centrão e o "Grupo dos 32" aceitam a proposta, mas o "Centrinho" ainda faz restrições. A maioria do grupo prefere o texto do Substitutivo I no corpo da Constituição. Já o Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) aceita fixar o princípio da indenização acompanhado de multa nas Disposições Transitórias. Mas esta multa seria equivalente a um salário por ano de serviço, sem retroatividade. Essa emenda poderá ser parte de um acordo, numa fusão com o texto do Centrão.

Deputado pede lugares garantidos em aviões

BRASILIA — O Deputado Ademir Andrade (PSB-PA), durante sessão da Constituinte, pediu ao Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que faça um acordo com as empresas de aviação, a fim de garantir lugares em suas aeronaves para todos os parlamentares que estejam em trânsito para Brasília.

Segundo Ademir Andrade, quatro de dez constituintes — que foram a Salvador no último fim de semana para assistir a um encontro organizado pelo PSB — não conseguiram embarcar em Salvador para chegar a tempo na votação de ontem do Congresso. Ulysses Guimarães, respondendo à proposta feita por Ademir, informou já ter conversado pessoalmente com os diretores de todas as empresas aéreas e estes lhe garantiram que sempre haveria uma reserva para atender aos parlamentares. De qualquer maneira, o Presidente da Constituinte afirmou que voltará a insistir no assunto.

TSE critica horário gratuito dos partidos

BRASILIA — Os dispositivos legais que asseguram o uso do horário gratuito em cadeia de rádio e televisão a todos os partidos — incluindo os com registro provisório — e a lei que regula a criação destes novos grupos políticos foram duramente criticados ontem pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Oscar Corrêa, durante a cerimônia que abriu os trabalhos do TSE para este ano.

O pronunciamento do Ministro foi elogiado pelo Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. Segundo o Ministro, os ataques dirigidos à Justiça Eleitoral isentam os verdadeiros responsáveis pelo texto legal que o Tribunal se limita a obedecer.

Falando sobre a realização das próximas eleições, que por enquanto

estão asseguradas apenas em nível municipal, Oscar Corrêa lembrou a responsabilidade do TSE, agravada, segundo ele, pela "inexistência de lei partidária que reestruture a vida democrática do País." Para o Ministro, a atual legislação está sujeita a casuismos, incongruências e deformações que dificultam o exercício normal da atividade política.

Como exemplo de incongruência, o Ministro citou a Emenda Constitucional 25, de 1985, que estabeleceu a livre criação de partidos políticos e foi regulamentada pela Lei 7.332, possibilitando a habilitação de diversos novos partidos e agremiações sem condições de disputar as eleições nas capitais em novembro de 1985. Segundo ele, apesar da comprovada desordem estabelecida, o Congresso Nacional manteve o artigo 5º

desta lei que estabelece critérios simples, como a reunião de 101 signatários eleitores e a publicação de programas e estatutos para a criação de novos partidos.

Oscar Corrêa disse que a proliferação dos pequenos partidos, favorecida por este dispositivo, foi responsável pelo congestionamento das últimas eleições. Na opinião do Ministro, o que se verifica atualmente no País é a autêntica desorganização partidária, que leva a um clima propício à inviabilização dos pleitos.

Oscar Corrêa frisou que, diante destes dispositivos, aprovados e mantidos pelo Congresso, o TSE se encontra na contingência de respeitar os textos legais vigentes e autorizar o registro provisório de quantos grupos cumpram "as risíveis condições impostas".

Documento da CNBB é elogiado no plenário

BRASILIA — O documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgado no fim de semana sob o título de "Urgência de Grandes Decisões", foi o principal tema dos discursos pronunciados ontem na sessão da Assembleia Nacional Constituinte. O Senador José Richa (PMDB-PR) apoiou o documento e defendeu as eleições presidenciais este ano, como única saída possível para a crise política e social que se instalou no País.

Para Richa, não tem sentido continuar com o processo de transição. Em sua opinião, a população brasileira percebeu a necessidade das eleições presidenciais este ano, logo após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Ele também sugeriu que o mandato de quatro anos seja uma norma para todos os Presidentes da República, a partir da promulgação da nova Constituição e não apenas para o atual Presidente.

Segundo Richa, "a sociedade brasileira assiste surpresa a uma deterioração do sentimento de civismo, provocada por uma orfandade política". Ele citou a inflação "inadministrável", a dívida interna que chega a índices idênticos aos da dívida externa e as "demonstrações de ingovernabilidade" como alguns dos motivos que causam na população um sentimento de angústia.

O Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) também elogiou o documento da CNBB e pediu a sua transcrição nos anais da Constituinte. Scalco ressaltou a "visão ampla, o senso moral e a concepção cívica" da entidade. O parlamentar destacou a crítica à impunidade da corrupção que vem sendo denunciada constantemente.

O Deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) considerou o texto da CNBB extremamente realista. Disse que o sentimento de frustração popular, cada vez maior, poderá se transformar numa cólera incontrolável. No mesmo sentido, o Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) afirmou que o documento da CNBB faz um alerta para a possibilidade de uma convulsão social muito séria.